

Apresentação



A presente publicação é fruto do Primeiro Colóquio Internacional sobre Língua Portuguesa, que ocorreu em Florianópolis, na UFSC, em novembro de 2004. Embora esta tenha sido a primeira edição do colóquio, ainda assim seus organizadores foram surpreendidos pelo significativo número de trabalhos inscritos, dos quais vinte foram selecionados para ser apresentados. O tom do evento foi o da diversidade: pesquisadores de várias das mais importantes universidades brasileiras e portuguesas apresentaram trabalhos sobre diferentes aspectos – de morfologia, sintaxe, semântica, aquisição, variação e processamento – e sobre diferentes variantes do português, incluindo as africanas. Esta diversidade testemunha a amplitude atingida pelos trabalhos que se originaram com o projeto “Português Europeu e Português Brasileiro – Unidade e Diversidade na Passagem do Milênio” (PEPB2000), idealizado e coordenado pela Profa. Mary Kato e pelo Prof. João Peres: o projeto, que se propunha a fazer um estudo comparativo detalhado de diferentes aspectos da gramática do PE e do PB, não apenas obteve resultados muito interessantes como, principalmente, formou parcerias duradouras; muitos dos trabalhos do colóquio são justamente reflexo destas parcerias. E não poderia ser diferente: a intenção declarada do colóquio era exatamente a de se constituir num esforço de continuação do projeto PEPB2000. Este volume faz parte deste esforço; por isto, nada melhor do que começá-lo pelo artigo no qual a Profa. Gabriela Matos faz uma síntese dos principais resultados do projeto PEPB2000 – um trabalho que, de certa maneira, forneceu o pano de fundo para os demais trabalhos mais específicos que foram apresentados no CILP.

Para este número especial da Revista *Letras de Hoje*, foi necessária uma nova seleção de trabalhos, em virtude das limitações de espaço da revista. Além da contribuição da Profa. Gabriela Matos,

são onze artigos versando, como já apontamos, sobre os mais variados aspectos do português. A ordem em que aqui aparecem respeita a velha tradição estruturalista, segundo a qual a morfologia precede a sintaxe, que por sua vez precede a semântica, assim como a lingüística “pura” precede o estudo da relações entre linguagem e outros processos – aquisição, variação, processamento. Não é um critério muito moderno, mas serve aos presentes propósitos de dar alguma unidade aos conteúdos apresentados, formando uma espécie de fio condutor para o volume.

Assim, os textos que sucedem imediatamente a abertura da Profa. Gabriela Matos lançam mão do quadro da Morfologia Distribuída para tratar de dois fenômenos distintos. O texto de Ana Paula Scher, “Nominalizações em *-ada* em construções com o verbo leve *dar* em português brasileiro”, versa sobre as diferentes nominalizações em *-ada* e o modo que a gramática tem de distingui-las; em particular, a autora argumenta que as restrições aspectuais que se observam nestas construções são consequência da arquitetura funcional que caracteriza cada construção, implicando diferentes derivações estruturais. O texto de Juanito Avelar, “De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de *haver* no português brasileiro”, trata um pouco da história do português brasileiro para tentar desvendar a distribuição atual do verbo *haver*; para o autor, a matriz fonológica de *haver*, que em outro momento da língua estava locada no acervo de categorias funcionais ao lado de itens como *ser*, *estar* e *ter*, se deslocou e passou a ser parte do acervo de categorias substantivas da língua.

Os tópicos de sintaxe propriamente ditos se iniciam com o texto de Madalena Colaço, “Coordenação e movimento sintático: os dados do português europeu”. Este trabalho discute, com base nos dados do português europeu, toda a teoria de coordenação que, desde a tese de Ross, se assume como tratamento padrão para o assunto. Em especial, a Condição da Estrutura Coordenada (*Coordinate Structure Constraint*) é vista unicamente como uma aproximação descritiva do problema, e todo o esforço da autora se volta para demonstrar a possibilidade de derivar seus efeitos da aplicação de princípios independentes dentro da gramática, que pesam em geral sobre as estruturas que envolvem movimento. Explorando outro tópico da sintaxe, o trabalho de Nélia Alexandre, intitulado “Estruturas em movimento: alguns tópicos sobre as construções-Q e de clivagem”, estuda os dados que tocam o movimento A-barrado em três variantes distintas do português – a europeia, a brasileira e o crioulo cabo-verdiano. A autora conclui que, apesar de certas diferenças – derivadas de diferenças no conjunto

de traços do complementizador –, as três variantes são bastante próximas nas suas estratégias de relativização, clivagem e interrogação.

Já na interface sintaxe-semântica, temos dois textos tratando de temas bastante distintos, mas igualmente interessantes. Primeiramente temos o texto de Sonia Cyrino e Gabriela Matos, “Anáfora do Complemento Nulo: anáfora profunda ou de superfície? evidência do Português Brasileiro e Europeu”, que estuda os diversos tipos de construções elípticas – especialmente uma delas, a anáfora do complemento nulo. As autoras argumentam que, em português, esta construção é uma “anáfora de superfície” – fato que diferencia esta língua, tanto na variante portuguesa quanto na brasileira, do inglês ou do espanhol. O ponto teórico de interesse é mostrar que o problema da reconstrução em LF se coloca mesmo que o vazio em sintaxe não apresente estrutura interna, o que redimensiona a discussão sobre as diferenças entre as pro-formas nulas e a elipse.

O outro trabalho na interface sintaxe-semântica, de autoria de Fátima Oliveira, Inês Duarte, Maria João Freitas, Anabela Gonçalves, Matilde Miguel e Celeste Rodrigues, que tem por título “Derivações sintáticas e interpretação semântica”, procura precisar o tipo e a organização da informação que deve estar disponível na sintaxe para permitir a atribuição de certas interpretações ao DP definido sujeito. Entre estas, o artigo discute as leituras específicas ou não-específicas, genéricas ou existenciais, habituais ou genéricas-distributivas, buscando determinar que estrutura é necessária para que a semântica possa ler composicionalmente a interpretação pertinente. A hipótese das autoras é que existe uma geometria de traços que caracteriza as propriedades dos predicados relevantes e que é responsável pela obtenção das interpretações em discussão. Do ponto de vista sintático, os diferentes domínios de traços são definidos pela localização destes em diferentes núcleos funcionais ou lexicais presentes na derivação sintática; nestes domínios, os traços são visíveis para a computação de certas operações, como *Agree* – um princípio geral da gramática –, bem como legíveis, afinal, de modo composicional pela semântica.

Também inserida na discussão da interface sintaxe-semântica está a abordagem para o problema da aquisição proposta por Ruth Lopes em seu texto “Traços semânticos na aquisição da linguagem”. Movendo-se dentro do Programa Minimalista, a autora discute como os traços interpretáveis serão tratados pela criança, já que, se nos itens lexicais isolados estes traços não devem causar problema, o mesmo não se pode dizer da interpretação obtida via

sintaxe em leitura composicional em LF. O objetivo do artigo é então determinar se os traços interpretáveis têm papel na aquisição e, em caso afirmativo, qual é o seu impacto no processo como um todo. Em particular, o artigo se pergunta se os traços interpretáveis são adquiridos do mesmo modo que os traços formais, isto é, “globalmente”, ou se são adquiridos “localmente”, em cujo caso a aquisição dependeria dos diferentes contextos em que ocorrem. Os resultados da autora apontam para a pertinência dos traços semânticos na aquisição, mas também para a diferença entre o modo como são adquiridos e o modo como traços formais são adquiridos.

Tratando do problema da aquisição da linguagem de um prisma mais estritamente sintático, o artigo de Telma Magalhães e Ana Lúcia Santos, “As respostas verbais e a frequência de sujeito nulo na aquisição do português brasileiro e do português europeu”, apresenta uma visão bastante diferenciada do tipo de dado que deve entrar no cômputo das estruturas com sujeito nulo. Contra muitos trabalhos precedentes na literatura, as autoras argumentam que os dados relativos a respostas para frases interrogativas de sim/não devem ser incluídos como casos de “sujeitos nulos”. Antes de enviar os resultados, como se poderia temer, estes dados fornecem, sustentam as autoras, evidência segura sobre a aquisição de concordância pela criança que aprende o português brasileiro, ao mesmo tempo em que mostram claramente o caráter seletivo do sujeito nulo nesta variante do português.

Ainda tendo como tema o sujeito nulo, o artigo de Ricardo Joseh Lima, que tem por título “Interrogativas no português brasileiro e no português europeu e o Parâmetro do Sujeito Nulo: contribuições do *corpus* ‘Mafalda’”, trabalha com um *corpus* bi-nacional, composto pela tradução brasileira e pela tradução portuguesa da obra *Toda Mafalda*, do argentino Quino. O artigo procura avaliar duas propostas de análise para o sujeito nulo em português brasileiro examinando um contexto sintático particular – o das interrogativas –, quantificando os resultados e comparando-os com os do português europeu.

Falando de variação intra- e inter-lingüística, o trabalho de Jair Gomes de Farias, “Variação entre *a*, *para* e *em* no português brasileiro e no português europeu: algumas notas”, defende que o universo das preposições não se esgota na distinção entre preposições lexicais e preposições funcionais. Para o autor, é preciso entender estas duas categorias como os dois pontos terminais de uma escala e, assim, admitir-se a possibilidade de algumas preposições estarem literalmente “no meio do caminho” entre os extremos, Com

base nesta hipótese, Jair Farias examina casos de variação no uso de preposições nas duas variantes do português, concluindo que não se pode afirmar que estamos aqui lidando com a variação laboviana típica. Segundo ele, a alternância dos itens em certos contextos implica a subespecificação do locativo e adicionalmente traz à luz propriedades predicativas distintas dos verbos envolvidos nas construções de ambas as variantes.

Finalmente, o artigo de Maria Armanda Costa, sob o título “Processamento de frases declarativas transitivas com SU pós-verbal em português europeu – padrões emergentes”, explora o processamento de frases com diferentes ordens de palavras nesta variante de língua. O artigo adota, como base teórica, o Modelo de Competição, segundo o qual o processador opera mediante pistas: o processamento mais rápido se dá quando há convergência de pistas; ele se torna mais lento à medida que as pistas colidem. A ordem SVO fornece pistas seguras para a interpretação; outras ordens já não são tão claras nas pistas que oferecem e, assim, o interesse reside em examinar as ordens VOS e VSO para determinar que pistas são tomadas como mais relevantes no processo de interpretação destas seqüências. O fato de VOS ser a interpretação preferida para as estruturas ambíguas é um resultado interessante, e a autora o associa com o caráter de língua de sujeito nulo que o português europeu exhibe.

Estamos seguros de que este número da Revista Letras de Hoje faz jus aos objetivos que a Profa. Mary Kato e o Prof. João Peres tinham em mente quando idealizaram o projeto PEPB2000: vai permitir ao leitor não apenas ampliar o seu conhecimento sobre as diferentes variantes do português, como ainda deleitar-se com a gama de diferentes abordagens teóricas que os autores manuseiam com maestria. Aprofundar nosso conhecimento empírico e teórico da estrutura gramatical da língua portuguesa nas suas mais diversas manifestações, e difundir este conhecimento: este era o objetivo último do PEPB, e é a tarefa herdada pelo CILP. Acreditamos que este registro da primeira edição do colóquio mostra exatamente isso.

MARIA CRISTINA FIGUEIREDO SILVA
GABRIELA MATOS
SÉRGIO DE MOURA MENUZZI